

Revista Appai

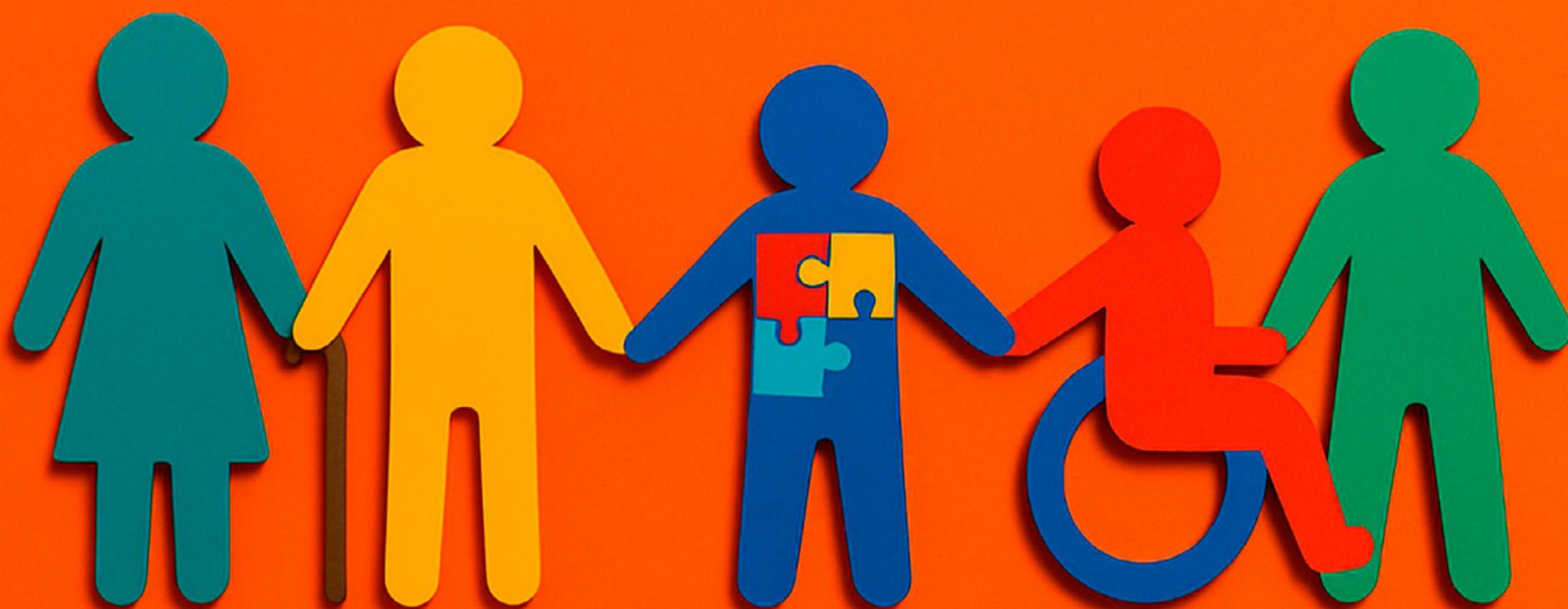
EDUCAR

DIGITAL

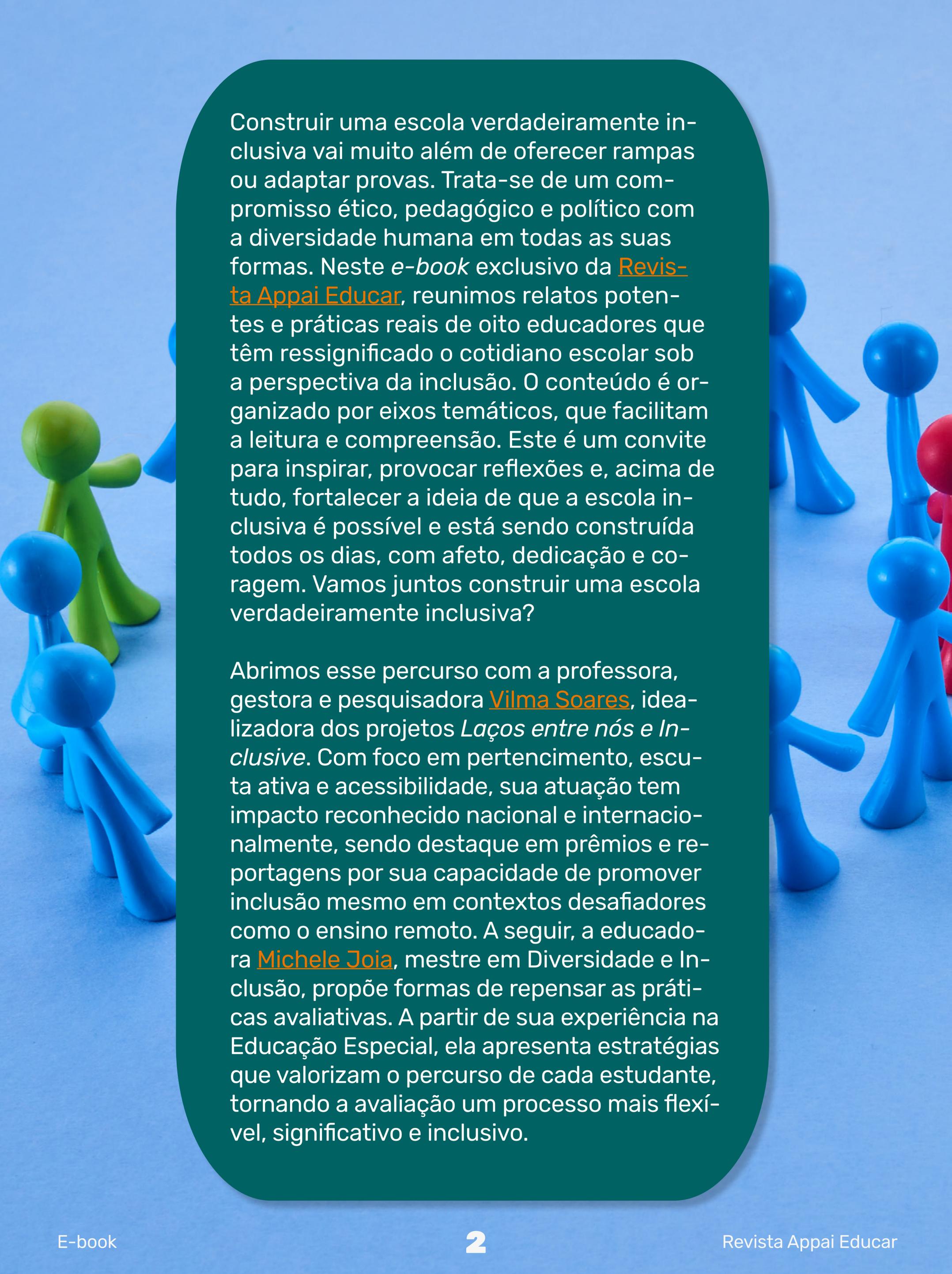
Informação ao Profissional de Educação

E-BOOK EXCLUSIVO

INCLUSÃO E PERTENCIMENTO NO COTIDIANO ESCOLAR



É no dia a dia da escola que a inclusão deixa de ser uma meta abstrata para se tornar prática concreta, capaz de transformar vidas e fortalecer o direito universal à educação



Construir uma escola verdadeiramente inclusiva vai muito além de oferecer rampas ou adaptar provas. Trata-se de um compromisso ético, pedagógico e político com a diversidade humana em todas as suas formas. Neste *e-book* exclusivo da [Revista Appai Educar](#), reunimos relatos potentes e práticas reais de oito educadores que têm ressignificado o cotidiano escolar sob a perspectiva da inclusão. O conteúdo é organizado por eixos temáticos, que facilitam a leitura e compreensão. Este é um convite para inspirar, provocar reflexões e, acima de tudo, fortalecer a ideia de que a escola inclusiva é possível e está sendo construída todos os dias, com afeto, dedicação e coragem. Vamos juntos construir uma escola verdadeiramente inclusiva?

Abrimos esse percurso com a professora, gestora e pesquisadora [Vilma Soares](#), idealizadora dos projetos *Laços entre nós e Inclusive*. Com foco em pertencimento, escuta ativa e acessibilidade, sua atuação tem impacto reconhecido nacional e internacionalmente, sendo destaque em prêmios e reportagens por sua capacidade de promover inclusão mesmo em contextos desafiadores como o ensino remoto. A seguir, a educadora [Michele Joia](#), mestre em Diversidade e Inclusão, propõe formas de repensar as práticas avaliativas. A partir de sua experiência na Educação Especial, ela apresenta estratégias que valorizam o percurso de cada estudante, tornando a avaliação um processo mais flexível, significativo e inclusivo.

O psicólogo, jornalista e psicanalista [Emílio Figueira](#) traz uma importante reflexão sobre o papel da escola na construção de uma sociedade mais plural. Defensor da valorização das identidades que compõem a comunidade escolar, ele propõe atividades que ajudam a reconhecer a diversidade como parte do cotidiano e não como exceção. Direto de Itaboraí (RJ), a fonoaudióloga e pedagoga [Valéria Sales](#) apresenta a experiência do [Espaço AMES](#), que integra educação e saúde no atendimento a pessoas com deficiência intelectual e altas habilidades. Seu trabalho mostra como essa articulação pode ampliar as possibilidades de aprendizagem e promover uma inclusão mais efetiva.

Na sequência, a pedagoga e especialista em Neurociência Pedagógica [Andreia Luana de Jesus Martins](#) destaca os impactos da rigidez cognitiva e das dificuldades nas funções executivas em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Ela propõe práticas baseadas na previsibilidade, conservação emocional e apoio gradual à autonomia, oferecendo caminhos para um cotidiano escolar mais acolhedor e funcional. O professor [Arlindo Fernando Paiva de Carvalho Junior](#), do Instituto Benjamin Constant, aprofunda a discussão sobre deficiência visual na escola. Ele destaca a importância de conhecer as especificidades de cada estudante nessa situação, respeitando suas particularidades e apostando em práticas que considerem sua história e seus potenciais.

A professora [Aline Bittencourt](#), do Colégio Pedro II, chama atenção para a relação entre escola e família. Com base em sua pesquisa sobre a trajetória dessa parceria no Brasil, ela reforça a importância de um trabalho corresponsável, no qual todos os envolvidos participem da construção de uma educação mais equitativa. Especialista em saúde emocional e relações escolares, [Victor Meirelles](#) destaca o papel da arte e do teatro como aliados na prevenção ao *bullying* e na promoção de vínculos positivos. Suas propostas mostram como integrar essas linguagens ao cotidiano da escola pode fortalecer o senso de pertencimento e enriquecer o processo pedagógico.

Juntos, esses oito profissionais trazem reflexões e práticas que inspiram caminhos para uma escola mais aberta às diferenças, atenta às singularidades e comprometida com a construção de um ambiente onde todos possam aprender, participar e pertencer.

Capítulo 1

Fundamentos da inclusão na escola





Promover uma cultura escolar inclusiva é mais do que garantir acesso, é criar um ambiente onde todos os estudantes se sintam acolhidos, respeitados e pertencentes. Neste capítulo, convidamos você a refletir sobre como práticas do dia a dia, atitudes da equipe e o envolvimento da comunidade escolar podem transformar a escola em um espaço genuinamente inclusivo.

“A inclusão não pode ser uma adaptação pontual. Ela precisa ser parte da essência da escola.”

Na prática pedagógica de Vilma Soares, a inclusão é um princípio orientador, não uma medida emergencial. Por meio dos projetos *Laços entre nós* e *Inclusive*, a estrutura e a cultura escolar foram reinterpretadas com foco na valorização da diversidade e na atenção às necessidades individuais de cada estudante. No projeto *Laços entre nós*, a alfabetização é usada como ponte para o combate à agressividade, ao *bullying* e à baixa autoestima. Já no *Inclusive*, desenvolvido durante a pandemia, a preocupação foi garantir acesso e aprendizagem para todos os estudantes, inclusive para um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com estratégias adaptadas à realidade remota. Ambas as iniciativas têm em comum a busca por uma escola em que a singularidade e a autonomia sejam respeitadas como direitos inegociáveis.

“Reforçador é o nome dado para tudo aquilo que prende a atenção de um sujeito e amplia a possibilidade de realização da tarefa”

Com base em sua experiência na Educação Especial e na formação docente, **Michele Joia**, mestre em Diversidade e Inclusão pela UFF, pedagoga, psicopedagoga e autora pela WAK Editora, compartilha com os professores sugestões de práticas avaliativas mais inclusivas e flexíveis, que consideram as reais possibilidades de cada estudante e valorizam o percurso de aprendizagem, não apenas os resultados. Apresenta sugestões e propõe caminhos para se pensar uma avaliação verdadeiramente inclusiva e flexível, que vá além da mensuração e se torne parte do processo de aprendizagem.

Prática Pedagógica sugerida

Prática 1 - Para alunos com dislexia, transtorno e déficit de atenção e hiperatividade – TDAH e distúrbio do processamento auditivo central é indicada uma avaliação com imagens que auxiliem na interpretação do texto atribuído, uma cópia por folha, sem frente e verso e, se possível, não grampear as folhas ao entregar, para que seja utilizada uma por uma para tirar as dúvidas.

Dicas visuais:

Os textos devem ser reduzidos e objetivos.

As palavras chaves podem ser marcadas com cores diferentes.

Incluir imagens que induzem a interpretação do texto.

Prática 2 - para alunos com transtorno do espectro autista (TEA) indicamos que as avaliações sejam adaptadas de acordo com seu currículo e com inclusão de reforçadores* para que a atenção fique engajada. Os currículos podem ser adaptados de acordo com o aprendizado do aluno e não seus pares. Para isso, ele fica reduzido diante do conteúdo da turma, e as adaptações para isso chamam-se de “grande porte”. Para alunos que possuem aprendizado dentro do esperado para sua idade cronológica e de acordo com o dos colegas de turma, as adaptações são realizadas de forma reduzida e são mais visuais. Estas recebem o nome de “pequeno porte”.

Dicas visuais:

Digamos que, na turma de 5º ano - Ensino Fundamental, haja dois autistas, um deles com currículo adaptado e adequações de grande porte, enquanto o outro só necessita de suporte visual para entender o que precisa ser realizado. Dessa forma, a mesma avaliação precisa ser adaptada para ambos de formas diferentes. Seguem os modelos:

Questão:

relacione a segunda coluna de acordo com a primeira:

(a) 2 dezenas e 5 unidades (_____) 16

(b) 7 dezenas e 2 unidades (_____) 72

(c) 9 dezenas e 1 unidade (_____) 25

(d) 1 dezena e 6 unidades (_____) 91

Adaptação aluno adequação de pequeno porte:

Ligue a segunda coluna de acordo com a primeira: (professora lê e aluno responde)

2 dezenas e 5 unidades 91

7 dezenas e 2 unidades 72

9 dezenas e 1 unidade 25

Adaptação aluno adequação de grande porte:

Atividade de ligar a quantidade aos números. Ex.: números de um lado e imagens, na quantidade indicada, do outro.

Michele Joia esclarece que reforçador é o nome dado para tudo aquilo que prende a atenção de um sujeito e amplia a possibilidade de realização da tarefa, pois, logo depois que o aluno finaliza, este é entregue a ele. “No caso das avaliações, indicamos incluir imagens de desenhos ou objetos nos

quais o aluno possui interesse, como carro, dinossauros, desenhos japoneses, entre outros, e autorizar que pinte após terminar algumas tarefas”, explica.



Capítulo 2

Conhecendo a diversidade da comunidade escolar



Reconhecer a diversidade é o primeiro passo para construir uma escola que acolhe, respeita e aprende com as diferenças. Este capítulo traz reflexões e práticas sobre como tornar a diversidade visível no cotidiano escolar e não apenas como dado estatístico, mas como valor que orienta decisões pedagógicas, relações interpessoais e a construção de uma aprendizagem mais significativa e plural.

Jornalista, psicólogo e doutor em psicanálise, Emílio Figueira tem dedicado décadas à reflexão sobre inclusão e diversidade. Autor de obras como *Psicologia e Inclusão* e *As Pessoas com Deficiência na História do Brasil*, ele enxerga na escola um dos principais cenários para a construção de uma sociedade mais justa. Para Figueira, é nesse ambiente onde histórias de vida, culturas, capacidades e visões de mundo se entrelaçam que se dá o verdadeiro exercício da convivência. “Reconhecer essa pluralidade não é apenas um gesto de tolerância, mas um compromisso ético com a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva, onde cada sujeito se sinta visto, respeitado e valorizado”, afirma.

Ainda segundo ele, a proposta “Conhecendo a Diversidade da Comunidade Escolar” parte da compreensão de que a inclusão começa pelo olhar atento às singularidades que compõem o coletivo. “Trata-se de ir além das categorias formais de diversidade (como deficiência, raça, gênero ou religião) e permitir que cada integrante da escola, alunos, educadores, funcionários e famílias, seja reconhecido em sua humanidade e riqueza identitária”, ressalta.

“É preciso ir além das categorias formais da diversidade e reconhecer, em cada pessoa da comunidade escolar, a sua humanidade e riqueza identitária.”

Prática pedagógica sugerida

Emilio Figueira pontua duas práticas inclusivas que podem ser especialmente significativas.

São elas:

O **“Mapa da Diversidade da Escola”**, que convida os estudantes a investigar e apresentar as histórias e características das pessoas que convivem diariamente na escola. Através de entrevistas, registros e exposições, essa prática transforma o cotidiano em fonte de conhecimento e afeto, ajudando os alunos a enxergarem a comunidade escolar com mais empatia, quebrando estereótipos e aproximando realidades muitas vezes invisibilizadas.

A Semana **“Cada um com sua história”**, uma celebração da escuta, da expressão e da convivência. Organizada em torno de eixos temáticos que valorizam diferentes dimensões da diversidade, essa prática promove a participação ativa das famílias, a troca de saberes e o reconhecimento das vozes que compõem a escola. Ao abrir espaço para apresentações culturais, rodas de conversa, culinária afetiva e vivências inclusivas, a escola se torna palco da riqueza humana que nela habita.

Para Emílio Figueira, a inclusão na escola vai muito além da teoria, é uma prática diária, construída no encontro com o outro. “Ambas as práticas têm como horizonte o fortalecimento do sentido de pertencimento, o estímulo ao respeito mútuo e a promoção de relações mais solidárias entre todos. Elas mostram que a inclusão não é apenas uma diretriz legal ou pedagógica, mas um movimento cotidiano, feito de escuta, acolhimento e valorização da diferença. Conhecer a diversidade da comunidade escolar é, portanto, um passo essencial para formar sujeitos mais conscientes, sensíveis e comprometidos com um mundo mais justo e humano. E a escola, como espaço de formação integral, tem um papel insubstituível nessa caminhada”, observa.

“Escutar e observar são os primeiros passos para educar com empatia.”

Para mapear e valorizar a diversidade, Vilma aposta na observação atenta e na escuta ativa como ferramentas fundamentais. Foi assim que, no início do projeto *Laços entre nós*, identificou-se um conjunto de dificuldades entre os alunos: problemas na alfabetização, agressividade, baixa autoestima e isolamento social. A partir disso, foram realizadas intervenções pedagógicas e dinâmicas com os responsáveis, fortalecendo o vínculo entre escola e família. A escuta da comunidade revelou não apenas os desafios, mas também as potências ocultas de cada estudante.

Prática pedagógica sugerida

Vilma Soares recomenda a realização de rodas de conversa e círculos restaurativos no início do ano letivo e periodicamente. A educadora explica que essa prática permite que os alunos compartilhem suas experiências, expectativas, desafios e aspectos de suas identidades. No contexto do *Laços entre nós*, dinâmicas foram usadas para aproximar os alunos e combater o *bullying*, a ansiedade e a depressão. “Essas rodas de conversa promovem um ambiente seguro para que os estudantes expressem suas múltiplas formas de diversidade (identidade, cultura, deficiências, contextos sociais), construindo empatia e um senso de pertencimento, elementos essenciais para uma educação inclusiva”, pontua.



Capítulo 3

Formação continuada com foco em inclusão



A inclusão não se faz por decreto, ela se constrói todos os dias, também por meio da formação dos educadores. Neste capítulo, vamos abordar como a formação continuada, quando feita em diálogo com a prática e com as necessidades reais da escola, pode ampliar olhares, fortalecer redes de apoio e impulsionar transformações significativas rumo a uma educação mais inclusiva e democrática.

“O professor é um eterno estudante.”

Vilma Soares considera a formação continuada uma base essencial para práticas pedagógicas inclusivas. Atualmente doutoranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), ela destaca que foi diante dos desafios da pandemia que sua prática mais inclusiva ganhou força: o contexto exigiu reinvenção, criatividade e colaboração. Em parceria com a professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE), Vilma desenvolveu metodologias adaptadas ao ensino remoto, garantindo que o aluno com TEA recebesse apoio pedagógico e emocional, mesmo fora da sala de aula.



Prática pedagógica sugerida

Vilma sugere a criação de grupos de estudo colaborativos entre educadores para troca de experiências e desenvolvimento de estratégias inclusivas. Para ela, a experiência com o projeto *Inclusive* resalta a importância da colaboração e da busca por novas metodologias para atender às diversas necessidades dos alunos. “Esses grupos de estudo podem funcionar como uma formação continuada informal, onde os educadores compartilham desafios e soluções, aprimoram suas práticas pedagógicas e desenvolvem um olhar mais singular para cada estudante, como visto na necessidade de adaptação para o aluno com TEA”, orienta.

Capítulo 4

Currículo inclusivo e representatividade





Um currículo inclusivo vai além da adaptação de conteúdos: ele nasce do compromisso com o direito de todos os estudantes à aprendizagem. Neste capítulo, discutimos como o planejamento pedagógico pode (e deve) considerar as múltiplas formas de aprender, valorizando trajetórias, interesses e singularidades. Planejar com inclusão é construir caminhos para que ninguém fique de fora do processo educativo.

A proposta curricular de Vilma ressignifica o conteúdo ao torná-lo contextualizado e interativo. No *Laços entre nós*, a alfabetização ganha vida por meio de práticas que valorizam a autoria dos estudantes, como a revisão textual em duplas, em que o erro é tratado como parte do processo de aprendizagem. Já no projeto *Inclusive*, o desafio foi tornar o currículo acessível remotamente, por meio de diferentes tecnologias. Essa experiência consolidou o entendimento de que a acessibilidade precisa estar no conteúdo, na linguagem, nos formatos, e não apenas na estrutura física.

Prática pedagógica sugerida

Para trabalhar esse eixo, Vilma sugere o desenvolvimento de projetos temáticos interdisciplinares que integrem conteúdos do currículo com temas relevantes para a comunidade escolar e que permitam a exploração de diferentes culturas e identidades. “Essa prática, como a abordagem contextualizada da gramática no *Laços entre nós*, permite que o currículo seja adaptado para refletir a realidade dos alunos, tornando o aprendizado mais significativo e inclusivo”, ressalta Vilma. Ela pontua ainda que, ao integrar diferentes áreas do conhecimento e dar espaço para a expressão da diversidade, o currículo se torna mais representativo, combatendo a invisibilidade de grupos historicamente marginalizados e promovendo a valorização de suas identidades.

A próxima experiência que iremos acompanhar ao longo dos capítulos vem de Itaboraí, no Rio de Janeiro, e mostra como a atuação integrada entre educação e saúde pode fortalecer uma rede de cuidado e inclusão. Quem apresenta essa vivência é **Valéria Sales**, fonoaudióloga, pedagoga e especialista em Transtorno do Espectro Autista, Deficiência Intelectual e Educação Especial Inclusiva. Ela é idealizadora do Espaço de Atendimento Multidisciplinar em Educação e Saúde (Espaço Ames), que se tornou referência no atendimento a pessoas com deficiência intelectual, altas habilidades/superdotação e na promoção da acessibilidade por meio do ensino de Libras.

Na avaliação de Valéria Sales, um currículo inclusivo é, antes de tudo, flexível, acessível e responsivo, que valoriza as aprendizagens singulares, respeita as especificidades dos sujeitos e a representatividade; é o espelho pelo qual o sujeito se reconhece e se vê como parte legítima da escola e da sociedade. Nesse sentido são desenvolvidas no Espaço Ames várias formas de aprender, e dentre eles destacamos as oficinas pedagógicas na AHSD e naquelas voltadas para os estudantes com deficiência intelectual.

Prática pedagógica sugerida

No Espaço Ames, o atendimento aos sujeitos com comportamento superdotado é pautado pelo Modelo Triádico de Enriquecimento Curricular desenvolvido por Renzulli (2004), qual seja: Tipo I - atividades exploratórias; Tipo II - atividades de treinamento (como fazer); e Tipo III - estudos aprofundados em pequenos grupos ou individuais, relata Valéria, enfatizando que o trabalho realizado compreende programas de enriquecimento, com as seguintes características:

(A) agrupamentos organizados no contraturno, para o desenvolvimento de projetos diversificados, visando o convívio com seus pares; (B) atenção ao desenvolvimento de habilidades específicas; (C) atendimento às possíveis dificuldades diante de alguns conteúdos curriculares. “Assim, para o atendimento a esses sujeitos desenvolvemos oficinas para os grupos iniciais (Educação Infantil ao 5º ano) e oficinas específicas: Maker e Astronomia, além das atividades de suplementação curricular”, frisa Sales.

Para o atendimento aos sujeitos com deficiência intelectual são ofertadas as Oficinas Pedagógicas de Arte que envolvem o Reaproveitamento de Materiais e Marcenaria (Operma), que oferece vantagens, tanto do ponto de vista pedagógico quanto ambiental. Ao recolher e transformar materiais do dia a dia é possível criar ambientes de aprendizagem mais inclusivos, acessíveis e estimulantes para os sujeitos com diferentes especificidades. Além disso, a prática promove a conscientização sobre a importância da educação ambiental e da redução do desperdício.

Como resume Valéria Sales, incluir é reconhecer que todos têm direito de aprender, participar e pertencer. “Um currículo inclusivo, com representatividade real, não é feito de improviso, mas de compromisso ético, político e pedagógico. Repensar as expectativas de aprendizagem, as práticas e os sujeitos da Educação Especial é condição fundamental para garantir que a sociedade seja, de fato, para todos”, conclui.

Capítulo 5

Avaliação inclusiva e flexível



Avaliar é mais do que atribuir notas, é reconhecer processos, avanços e potências de cada estudante. Neste capítulo, convidamos você a repensar a avaliação sob a perspectiva da inclusão, considerando instrumentos mais sensíveis, observações pedagógicas e práticas que respeitam o tempo, o ritmo e as singularidades dos alunos. Avaliar com inclusão é garantir que todos sejam vistos e valorizados em sua trajetória.

“Avaliar é acompanhar o processo, não medir um momento.”

Para Vilma, a avaliação precisa ser contínua, formativa e sensível às particularidades de cada estudante. No *Laços entre nós*, a revisão textual em duplas exemplifica esse olhar processual. No *Inclusi-ve*, a flexibilidade metodológica foi essencial para avaliar os alunos em meio às limitações do ensino remoto. A escuta das famílias e a observação do engajamento também foram utilizados como indicadores de aprendizagem.



Prática pedagógica sugerida

Vilma sugere a elaboração de portfólios individuais com registros das atividades realizadas e avanços observados ao longo do tempo. “O uso de portfólios permite documentar o processo de aprendizagem dos alunos de forma personalizada e reflexiva”, explica. A experiência do *Laços entre nós*, ao valorizar cada progresso e utilizar o erro como parte do processo, mostra como a avaliação pode ser um instrumento de inclusão e não de exclusão. Já no *Inclusive*, as adaptações feitas para o aluno com TEA destacam a importância de considerar os interesses e necessidades individuais na avaliação. O portfólio se torna, assim, uma ferramenta que valoriza a trajetória única de cada estudante.

“Planejar rotinas com previsibilidade e apoio direcionado contribui para um ambiente mais acolhedor e funcional para crianças com TEA.”

Na avaliação de Andreia Luana de Jesus Martins, pedagoga e especialista em Neurociência Pedagógica, crianças com Transtorno do Espectro Autista enfrentam desafios ligados à rigidez cognitiva e às funções executivas – habilidades responsáveis pelo planejamento, autorregulação e adaptação às demandas do ambiente. Essas dificuldades impactam diretamente o cotidiano escolar e as relações sociais. Compreender essas características neurológicas permite que professores desenvolvam estratégias que favoreçam a conservação emocional e estimulem, de forma gradual, a autonomia dos estudantes. Planejar rotinas com previsibilidade e apoio direcionado contribui para um ambiente mais acolhedor e funcional para crianças com TEA.

Andreia, que também é mestre em Ciências da Educação, destaca que compreender o funcionamento do cérebro é essencial para práticas pedagógicas mais eficazes, especialmente no contexto do autismo. “A neurociência contemporânea trouxe em seu estudo do desenvolvimento biológico humano o aumento substancial do nosso entendimento para o fortalecimento de habilidades e competências. O cérebro humano se desenvolve a partir das vivências e experiências, através dos circuitos neuronais e mecanismos biológicos elétricos, enviando informações que produzem hormônios capazes de afetar a aprendizagem”.

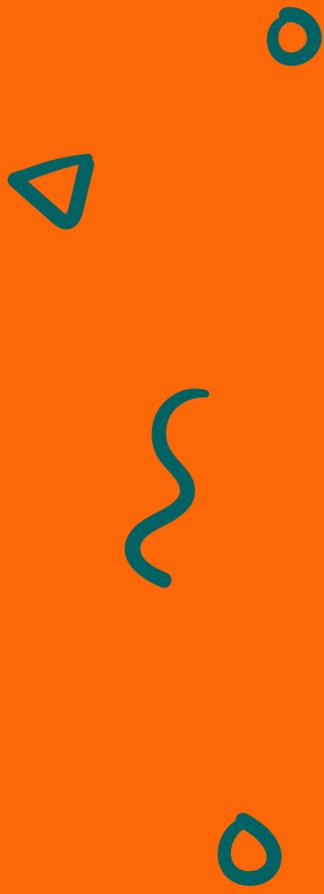
Ela observa que a forma como as coisas são organizadas na escola influencia diretamente o desenvolvimento das crianças. “A organização do tempo no espaço educacional está ligada às atividades que são propostas para o seu desenvolvimento. De modo mais específico, sujeitos acometidos pelo TEA terão maior dificuldade nos aspectos emocionais, afetando diretamente habilidades executivas, caso não tenham acesso à previsibilidade ou por terem maior rigidez cognitiva”.

Prática Pedagógica sugerida

1. Organizar e estruturar rotinas mensuráveis são tarefas que colaboram para o engajamento e favorecem o desenvolvimento das funções executivas como atenção (compartilhada, sustentada), memória, linguagem, flexibilidade cognitiva e planejamento.

2. Uma rotina seguida por pistas visuais e estruturada pela vivência ambiental de maneira mensurável traz compreensão em plano temporal, primada pelos pilares emocionais, possibilitando diminuir comportamentos rígidos.

3. A aplicabilidade de ferramentas eficazes, tais como rotinas estruturadas em Dois Passos, proporcionam ao sujeito com TEA ter conservação emocional, por compreender aspectos temporais a partir da previsibilidade, possibilitando vivências mais prazerosas.



Capítulo 6

Acessibilidade no ambiente e na comunicação

Falar de inclusão é também falar de acessibilidade, seja ela física, comunicacional, pedagógica e atitudinal. Neste capítulo, exploramos como a escola pode (e deve) se tornar um espaço acessível para todos, garantindo que barreiras sejam identificadas e eliminadas. Promover acessibilidade é tornar possível o pleno exercício do direito à educação em todas as suas dimensões.

A participação de todos os estudantes na Educação Física é parte essencial da acessibilidade no ambiente escolar

No contexto da acessibilidade no ambiente escolar e na comunicação, garantir a participação de todos os estudantes nas aulas de Educação Física é um direito e uma necessidade. Apesar de ser um componente curricular obrigatório, ainda é comum que alunos com deficiência visual sejam excluídos dessas atividades sob justificativas como falta de materiais adaptados, espaços adequados ou formação docente. Essa exclusão compromete seu desenvolvimento e nega a eles a vivência da Cultura Corporal do Movimento, essencial à formação integral.

Durante a pandemia, Vilma enfrentou o desafio de oferecer acessibilidade comunicacional a partir de ferramentas simples. Ao perceber que o envio de PDFs não era suficiente, adaptou as atividades para diferentes formatos (vídeos, áudios, materiais impressos), assegurando que os conteúdos chegassem a todos os alunos. A acessibilidade atitudinal também foi uma preocupação constante, com ênfase no respeito à diversidade e no incentivo à expressão de todos os estudantes.



O professor doutor Arlindo Fernando Paiva de Carvalho Junior, do Instituto Benjamin Constant, destaca que é essencial compreender a diversidade entre os estudantes com deficiência visual (DV) para garantir práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas.

Segundo ele, a DV pode se manifestar como cegueira ou baixa visão, afetando um ou ambos os olhos, e pode ter causas congênicas ou adquiridas. “Além disso, alguns estudantes podem ter outras limitações associadas, como as de ordem intelectual ou física ou transtorno do espectro autista. Nesses casos, tratamos de deficiência múltipla sensorial visual. Já a surdocegueira é uma condição específica, considerada uma deficiência única por suas características próprias”, explica.



Arlindo Fernando ressalta que cada estudante com deficiência visual é único e traz consigo experiências, estímulos e realidades diferentes. “Não existe um padrão. Precisamos olhar para cada sujeito em sua totalidade, considerando suas necessidades e potencialidades”.

Em contextos escolares marcados por uma cultura visual dominante, Arlindo chama atenção para as barreiras enfrentadas por estudantes com deficiência visual. “Na alfabetização, por exemplo, enquanto crianças sem essa limitação são constantemente estimuladas visualmente, as com deficiência visual muitas vezes recebem estímulos apenas na escola ou em casa, o que pode tornar o processo mais lento”.

Ele alerta que a falta de estímulos adequados compromete o desenvolvimento motor e a autonomia dessas crianças. “Elas podem apresentar insegurança ao andar, postura inadequada e até dificuldades de socialização. Por isso, é fundamental criar ambientes acessíveis e oferecer recursos didáticos adaptados desde os primeiros anos”.

Prática pedagógica sugerida

Na escola, frisa Arlindo, a Educação Física é fundamental para o estudante com deficiência visual, pois, além do trabalho com o universo da Cultura Corporal do Movimento, poderão se desenvolver de forma transdisciplinar, por exemplo, as práticas educativas para uma vida independente (Pevi), as técnicas de Orientação e Mobilidade (OM), a Audiodescrição (AD) e outros saberes que são fundamentais para a autonomia da pessoa com deficiência visual, além da socialização do estudante que fará parte de um grupo em sua integralidade como qualquer outro na escola.

Autonomia: A autoiniciativa motora, a autoconfiança e a autoestima podem ser desenvolvidas nas aulas de Educação Física, possibilitando que o estudante com deficiência visual obtenha melhores resultados em seu desenvolvimento motor, cognitivo e social, diminuindo a ansiedade e a insegurança, inclusive em outros campos do saber e da vida.

Confiança: Ao confiar no professor e realizar as atividades nas aulas de Educação Física com os demais alunos, o estudante com deficiência visual irá melhorar sua locomoção e orientação no espaço, sua consciência corporal, sua postura, suas expressões corporais, sua interação social. São ganhos que irão influenciar o desenvolvimento em todas as demais áreas do currículo escolar e de atividades da vida cotidiana do estudante.

Sensibilidade: O professor de Educação Física é um dos atores principais nesse processo de inclusão e participação do estudante nas aulas, pois precisa ter a sensibilidade para acolher, criar estratégias e dar o suporte necessário ao estudante com deficiência visual para que ele se sinta seguro e possa realizar as atividades de forma ativa. Manter o diálogo com os demais professores e profissionais da escola e com a família do estudante em uma perspectiva de ensino colaborativo também é essencial para conhecer as necessidades e potencial do estudante.

A Educação Física inclusiva exige olhar para o potencial de cada corpo, reconhecendo suas múltiplas formas de expressão

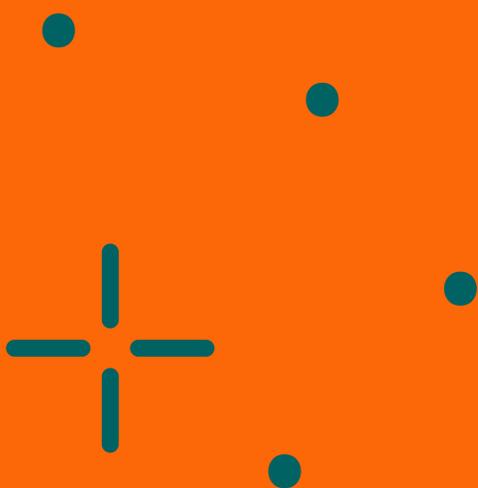
É o que afirma o professor Arlindo, segundo o qual, o estudante com deficiência visual pode participar de qualquer atividade, desde que seja segura e adaptada à sua realidade. “Surfe, basquetebol, *skate*, caiaque, corrida de orientação, pique-esconde, danças, xadrez e tantas outras práticas podem e devem ser desenvolvidas com estudantes com deficiência visual nas aulas de Educação Física. Para isso, é preciso criar estratégias, adaptar espaços e tornar as diversas manifestações da Cultura Corporal do Movimento acessíveis, (des)construindo saberes em favor de uma sociedade mais justa e digna para todos”, completa.

Prática pedagógica sugerida

Dentro dessa temática, Vilma Soares sugere o uso de recursos visuais e tecnológicos adaptados às necessidades dos alunos com deficiência, como vídeos com legenda, jogos digitais e materiais concretos. A experiência vivida no projeto *Inclusive* destaca como a adaptação de recursos pedagógicos pode promover a acessibilidade comunicacional e pedagógica para alunos com deficiência. A utilização de vídeos e jogos adaptados ao interesse do aluno com TEA mostra que o uso de tecnologias assistivas é uma estratégia eficaz para garantir a participação e o aprendizado. “A acessibilidade deve ser pensada de forma ampla e integrada ao cotidiano escolar, promovendo um ambiente de aprendizagem mais justo e acolhedor”, pontua.

Capítulo 7

Relação família e escola





Família e escola caminham juntas na construção de uma educação inclusiva. Estabelecer uma relação de diálogo, escuta e confiança é essencial para se compreender as necessidades dos estudantes e fortalecer os vínculos com a aprendizagem. Neste capítulo, abordamos como a parceria com as famílias pode ampliar horizontes, potencializar práticas pedagógicas e tornar a escola um espaço ainda mais acolhedor e humano.

“Família presente é inclusão em movimento.”

Tanto no projeto *Laços entre nós* quanto no *Inclusive*, o envolvimento das famílias foi construído com intencionalidade. Vilma Soares realizou dinâmicas com os responsáveis, desde o início do ano letivo, aproximando a escola e o lar dos estudantes. Durante o ensino remoto, as atividades foram adaptadas à realidade de cada família, fortalecendo o vínculo e potencializando os resultados pedagógicos.

Prática pedagógica sugerida

Nesse contexto, Vilma sugere a criação de canais de comunicação contínua com as famílias, como grupos de WhatsApp, encontros periódicos e atividades conjuntas. “A experiência nos dois projetos mostrou que o fortalecimento da relação família-escola é fundamental para a inclusão efetiva. A escuta ativa, o respeito às vivências familiares e a construção de parcerias contribuem para o desenvolvimento integral dos alunos. As famílias, quando envolvidas, tornam-se aliadas na superação das barreiras de aprendizagem e na valorização das potencialidades dos estudantes”, reforça.

“Escola e família, uma construção histórica e essencial para a inclusão”

Aline Bittencourt, professora do Colégio Pedro II, doutora em Ciências pela Fiocruz, mestre em Educação pela Uerj e organizadora do livro “Autismo e Ciências – O Protagonismo de estudantes com TEA”, chama atenção para a importância de compreender a trajetória da relação entre família e escola como base para práticas pedagógicas mais inclusivas e corresponsáveis.

Segundo a autora, essa parceria não é novidade no contexto brasileiro. Ao revisitar o passado, observamos movimentos sociais e educacionais que, desde o fim do século XIX, já defendiam a participação ativa da família como peça-chave na formação do aluno e na construção de uma sociedade mais instruída. “Entender esse percurso histórico nos ajuda a contextualizar as propostas atuais voltadas à inclusão, à equidade e à corresponsabilidade no processo de aprendizagem”.

Na experiência prática, especialmente em núcleos de atendimento especializado, Aline destaca que o tempo limitado dos estudantes na escola reforça a importância de aproximar as famílias. “Conversar com elas, trazê-las para o processo, é essencial. A aprendizagem não se dá apenas em sala de aula. Fora da escola também se desenvolvem atitudes, autonomia, hábitos e funções executivas, aspectos que vêm sendo negligenciados numa sociedade cada vez mais dependente das telas”.

Experiência concreta que evidencia a importância da parceria entre escola e família

Em vez de focar apenas em atividades práticas, foi feita a opção por compartilhar uma experiência concreta que evidencia a importância da parceria entre escola e família. Em 2019, no Colégio Pedro II – campus Engenho Novo I, foi desenvolvido um projeto em colaboração entre o Napne (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas) e o Soep (Setor de Orientação Educacional e Pedagógica), com o objetivo de aproximar as famílias dos estudantes do 1º ano do Ensino Fundamental e promover sua participação ativa na rotina escolar.

Com a participação de Aline Bittencourt, Ana Carolina Hyer de Faria da Silva Martins, Maria Estela Lopes de Brito, Kamilla Cardoso de Carvalho, Leonor Verdini Maia e Ana Maurá Diláscio Guimarães, a iniciativa promoveu ações colaborativas que fortaleceram o vínculo entre escola e comunidade, alinhando-se aos princípios da inclusão, diversidade e corresponsabilidade.

A seguir, destaco algumas das atividades realizadas, que podem inspirar outros profissionais na construção de práticas similares.



Prática pedagógica sugerida:

1. O vídeo, disponível no canal do Youtube, nos ajuda a repensar juntamente com as famílias sobre as práticas cotidianas, já que, em muitos casos, consumidos pelo trabalho e o cansaço, os familiares acabam por delegar tarefas às telas e jogos, sendo mais permissivos do que deveriam. O vídeo intitulado “Nossos Filhos”, narrado com base em reflexões do médico psiquiatra Luis Rojas Marcos, relata a incidência no aumento de depressão, TDAH e suicídio num contexto em que as crianças estão sendo privadas dos conceitos básicos de uma infância saudável.

2. Outra dica muito importante é a atenção aos marcos de desenvolvimento. Todas as crianças, ao nascerem, recebem a carteira de vacinação, e nela encontramos os principais marcos do desenvolvimento, que funcionam como um alerta quando algo não está indo bem, o que nos faz levar ao pediatra observações sobre o desenvolvimento, pois a criança está mais tempo com a família do que em uma consulta de 30 minutos.

3. Como posso ajudar na aprendizagem do meu filho? Sempre a mesma questão! Desmistificar que através de brincadeiras podemos auxiliar no processo de aprendizagem, como por exemplo: elencar um dia da semana para uma atividade em família, e neste dia podemos jogar Uno, dominó, quebra-cabeça, jogo da memória... jogos que todos temos em casa. Ao brincarmos com Uno trabalhamos o controle inibitório (respeitar a vez, controlar impulsos), memória de trabalho (lembrar regras e cartas), flexibilidade cognitiva (adaptar jogadas), que são o que chamamos de funções executivas, ou seja, são habilidades cognitivas responsáveis por controlar e coordenar outros processos mentais, como atenção, memória, planejamento, flexibilidade e autocontrole.

4. Outra questão importantíssima é o controle do uso do celular ou *tablet* e trazê-lo como um aliado na questão da aprendizagem. Atualmente, temos aplicativos que gerenciam o tempo de tela e o que pode, ou não, ser acessado pela criança de até 13 anos, como o Family Link. Saber escolher produtos que auxiliem na aprendizagem dos estudantes é algo que a escola pode fazer, por exemplo enviando uma listagem de aplicativos como sugestão.

5. A escola pode promover rodas de conversa a partir de um tema escolhido pela comunidade, além de auxiliar os estudantes na busca de serviços essenciais que muitas vezes as famílias não sabem onde devem procurar, de forma que possam ao menos ter conhecimento dos seus direitos.

6. A importância do diálogo em família: levar a comunidade a compreender a importância desses momentos incentivando as pessoas a estabelecer rotinas de conversas, criar momentos fixos para o diálogo, como durante as refeições, passeios ou ao final do dia, valorizando esses momentos como espaço de escuta ativa e acolhimento mútuo.

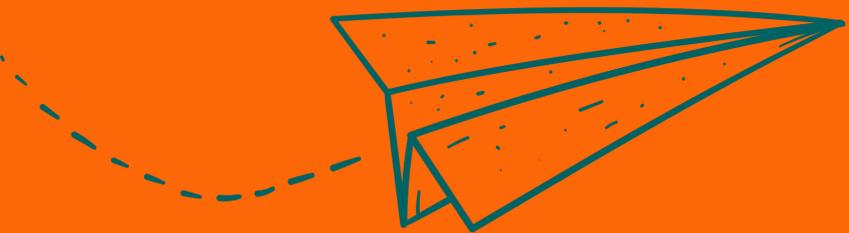
7. Uma questão que escolhemos trazer por último, mas que merece uma página inteira, tem a ver com a rotina e o estímulo à autonomia no ambiente familiar, já que se trata de um dos pilares do desenvolvimento humano. É muito importante que nessa relação família-escola fique evidenciado que a família representa o primeiro espaço legítimo para que esse processo se inicie e se fortaleça. A rotina estabelecida no lar – composta por horários, responsabilidades, interações e hábitos – constitui não apenas um conjunto de práticas diárias, mas um campo pedagógico vivo, onde os vínculos, as aprendizagens e a identidade dos sujeitos são continuamente cultivados.



O uso de recursos visuais, instruções passo a passo e apoio afetivo pode ser determinante para que eles avancem em sua autonomia de forma segura e gradual

Aline Bittencourt conclui que reconhecer a família como parceira no processo educativo é um passo necessário para transformar a escola em um espaço de pertencimento e desenvolvimento integral. “Esse estímulo deve respeitar as singularidades de cada sujeito. No caso de estudantes com TEA ou deficiência intelectual, por exemplo, o uso de recursos visuais, instruções passo a passo e apoio afetivo pode ser determinante para que eles avancem em sua au-

tonomia de forma segura e gradual. A rotina, nesse sentido, não é sinônimo de rigidez, mas de previsibilidade acolhedora, algo que promove bem-estar, reduz a ansiedade e favorece a tomada de decisões com base em experiências construídas no próprio espaço familiar. A escola precisa abrir suas portas para o diálogo, a escuta e a valorização das múltiplas realidades familiares, assumindo o compromisso de construir pontes e não muros”.



Capítulo 8

Projetos interdisciplinares com olhar inclusivo



Uma escola inclusiva começa com uma gestão comprometida com a escuta, a participação e a valorização da diversidade. Neste capítulo, discutimos o papel estratégico da equipe gestora na construção de políticas internas, no incentivo à formação dos profissionais e na promoção de uma cultura que acolhe todos e todas. Gestar com inclusão é garantir que os princípios da equidade estejam presentes em cada decisão.

Ambos os projetos desenvolvidos por Vilma incorporam uma abordagem interdisciplinar com olhar inclusivo. No *Laços entre nós*, a experiência foi de integrar a alfabetização com o desenvolvimento socioemocional e a prevenção ao *bullying*. O projeto abordou a gramática de forma contextualizada, mas também focou em aspectos como autoestima, senso de pertencimento, respeito ao diferente e pensamento crítico. “A revisão textual em duplas, por exemplo, não era apenas uma prática de português, mas também de colaboração e de ver o erro como uma oportunidade de aprendizado. Essa integração de áreas promoveu uma inclusão significativa ao tratar os alunos como seres integrais e não apenas como aprendizes de conteúdo”, destaca Vilma.

Já no projeto *Inclusive*, a experiência foi de integrar a alfabetização com o uso da cultura digital e a adaptação a um contexto desafiador como a pandemia. “A necessidade de preparar metodologias que chegassem ao lar do aluno, utilizando diferentes tecnologias e ferramentas, exigiu a integração de conhecimentos pedagógicos, tecnológicos e de comunicação. O foco em garantir a autonomia dos estudantes e o engajamento familiar também demonstram uma abordagem interdisciplinar que considera o aluno em seu contexto total”, explica a educadora.

Prática pedagógica sugerida

Vilma orienta a realização de oficinas internas com os próprios professores compartilhando suas práticas inclusivas bem-sucedidas. Essa prática valoriza os saberes da equipe, fortalece vínculos e promove o reconhecimento da diversidade de estratégias possíveis no cotidiano escolar. A experiência do projeto *Inclusive* mostra que a colaboração entre professores é essencial para a construção de práticas mais humanas, acolhedoras e eficazes. Além disso, formações que nascem do chão da escola tendem a ter maior impacto, pois dialogam diretamente com a realidade da comunidade escolar.

Capítulo 9

Ações Antibullying e de convivência positiva



“A arte deve ser integrada ao currículo escolar como uma forma de promover a expressão criativa, a autoestima e o senso de pertencimento”

A inclusão não é tarefa de um só, ela exige colaboração entre diferentes setores e profissionais. Neste capítulo, refletimos sobre a importância das redes de apoio e da articulação intersetorial entre educação, saúde, assistência social e demais áreas. Quando a escola se conecta com esses parceiros, amplia sua capacidade de atender às necessidades dos estudantes e fortalece sua missão educativa e social.

O projeto *Laços entre nós* tem como essência a prevenção ao *bullying*. A promoção da empatia, do protagonismo e da escuta são parte do currículo. “Os maiores aprendizados em relação à educação inclusiva foram a importância da escuta atenta, da colaboração e da valorização das singularidades de cada aluno. Aprendi que a inclusão não se faz apenas com recursos, mas com sensibilidade, criatividade e abertura ao novo”, conta Vilma Soares. Para ela, os desafios ainda são muitos, especialmente no que se refere à formação dos professores, à superação das barreiras atitudinais e à garantia de recursos adequados. No entanto, acredita que cada pequena conquista é uma semente plantada, que pode florescer em novas práticas e inspirar outros educadores.

Especialista em saúde emocional e relações escolares, Victor Meirelles, doutorando e mestre em Psicossociologia da Saúde e autor do livro “Bullying, qual é a graça?: escrever, ver, viver e escrever”, defende que a arte e o teatro não apenas enriquecem o processo pedagógico, mas também atuam como potentes aliados na prevenção ao *bullying* e na promoção de vínculos saudáveis entre alunos e professores.

“A arte deve ser integrada ao currículo escolar como uma forma de promover a expressão criativa, a autoestima e o senso de pertencimento”, reforça Victor ao afirmar que é inegável a riqueza que a arte e o teatro trazem para o ambiente escolar, quando se apresentam no palco do ensino-aprendizado. “Mais do que disciplinas isoladas, elas permitem a entrada em cena dos vários cotidianos educacionais. São ferramentas poderosas que transformam o processo didático e enriquecem o aprendizado dos nossos alunos”. Victor destaca ainda a importância da arte como ferramenta de convivência positiva nas escolas. “A BNCC, nosso documento norteador, ressalta a importância de desenvolver nos estudantes não apenas conhecimentos conceituais, mas também habilidades socioemocionais, pensamento crítico e capacidade de comunicação. É aqui que as cortinas se abrem e a arte e o teatro sobem no palco, entram em sala de aula e, junto com alunos e professores, brilham! Por uma convivência mais positiva”, destaca.

Prática pedagógica sugerida

1. Educação Emocional e Desenvolvimento de Habilidades Sociais

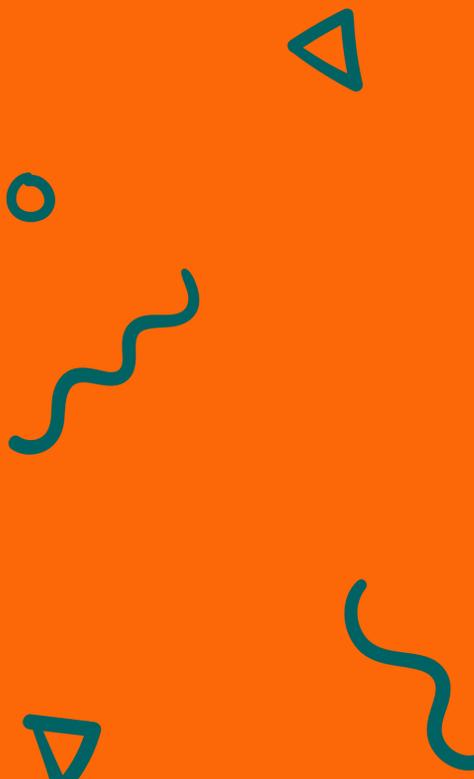
No ambiente escolar: A educação emocional deve ser integrada ao currículo escolar, com atividades que ajudem os alunos a lidar com frustrações, medos e raiva. A mediação de conflitos e a prática da justiça restaurativa podem ser ferramentas poderosas.

Ação possível: Criar oficinas de teatro e expressão corporal, onde os alunos possam vivenciar diferentes papéis e perspectivas.

2. Enfrentamento aos Estereótipos e Preconceitos

No ambiente escolar: A escola deve combater ativamente todas as formas de discriminação, promovendo a valorização da diversidade. Isso inclui a formação continuada de professores para lidar com situações de *bullying* e violência.

Ação possível: Realizar projetos interdisciplinares que celebrem a cultura afro-brasileira, indígena e outras minorias. Como contação de história, narrativa de si, roda de leitura. Trabalhando com efetividade a Lei 10.639 em uma educação étnico-racial.



Capítulo 10

Indicadores de uma escola inclusiva

Nada traduz melhor a potência da inclusão do que quem a vive no cotidiano escolar. Neste capítulo, reunimos relatos reais de educadores que enfrentam desafios, criam caminhos e transformam a escola em um lugar de pertencimento. Suas vozes revelam a beleza do possível, inspiram mudanças e reforçam a certeza de que a inclusão acontece quando há compromisso, sensibilidade e ação.

Para a educadora Vilma Soares, os principais sinais de que uma escola está se tornando mais inclusiva são o aumento do senso de pertencimento e a redução do *bullying*, com diminuição de conflitos e maior receptividade entre os colegas, como observado no *Laços entre nós*, onde a intervenção pedagógica buscava resolver problemas de agressividade e baixa autoestima, promovendo o respeito ao diferente. Outro sinal seria a flexibilidade e adaptação pedagógica, demonstrada na capacidade de adaptar metodologias e materiais para atender às necessidades individuais, como na experiência do *Inclusive* em tempos de pandemia, que buscou novas práticas e tecnologias para atender a todos os estudantes, inclusive aqueles com deficiência.

Outro sinal destacado por Vilma é o engajamento familiar e comunitário, evidenciado pelo envolvimento ativo das famílias e da comunidade nas atividades escolares e no desenvolvimento dos alunos, como o expressivo progresso na aprendizagem e afetividade dos estudantes graças ao engajamento familiar no *Laços entre nós*. Além da valorização da autonomia e do protagonismo dos alunos, quando são encorajados a ter voz, participar ativamente das decisões e desenvolver pensamento crítico, como também ocorreu no projeto, que promovia protagonismo e dialogicidade. E, por último, a mudança de olhar sobre o erro e o desafio, que deixa de ser visto como fracasso e passa a ser entendido como oportunidade de aprendizado, como na prática de revisão textual em duplas adotada pelo mesmo projeto.

Prática pedagógica sugerida

Nesse contexto, Vilma sugere a implementação de um “Conselho de Estudantes” ou “Grêmio Estudantil” atuante, com representatividade de todas as turmas e segmentos da escola, incluindo alunos com deficiência ou de diferentes contextos sociais. Essa prática promove o protagonismo e a dialogicidade, essenciais para uma escola inclusiva. “Ao dar voz aos alunos em decisões que os afetam, a escola demonstra que valoriza suas opiniões e experiências, construindo um ambiente onde todos se sentem representados e pertencentes. Isso reflete um sinal de que a inclusão está se tornando um princípio permanente, e não apenas uma adaptação pontual”, destaca Vilma.



Por Antônia Figueiredo e Jéssica Almeida

Vilma Soares é Mestre em Educação, cursa doutorado em Educação, onde possui vasta experiência, como gestora escolar e professora. Atua no desenvolvimento e implementação de projetos pedagógicos inovadores de alfabetização que visam a promoção da aprendizagem, a prevenção do *bullying* e a garantia do direito de todos os estudantes a uma educação de qualidade em ambientes acolhedores e respeitosos. Além da Alfabetização, suas pesquisas são pautadas em Políticas Públicas, com foco na Gestão Democrática Escolar.

Emílio Figueira é jornalista, psicólogo e doutor em Psicanálise. Entre os livros lançados está “Psicologia e inclusão” e “As pessoas com deficiência na história do Brasil”.
emiliofigueira@hotmail.com

Valéria Sales é especialista em Transtorno do Espectro Autista e Deficiência Intelectual e Educação Especial Inclusiva. Fonoaudióloga e pedagoga. Autora do livro “Transtorno do espectro autista. Oficinas multissensoriais”.
valeriasalespecial@gmail.com

Michele Joia é Mestre em Diversidade e Inclusão pela UFF, palestrante, pedagoga, psicopedagoga, educadora especial e autora.
michelejs@id.uff.br

Victor Meirelles é palestrante, Doutorando e Mestre em Psicossociologia da Saúde. Autor do livro “Bullying, qual é a graça?: escrever, ver, viver e escrever”.

victormeirellesator.ufrj@gmail.com

Arlindo Fernando Paiva de Carvalho Junior é Professor Doutor do Instituto Benjamin Constant. Líder do grupo de pesquisas “Cotidianos Escolares e Educação Especial: Corpo, Currículo e Inclusão (GPCECI)”. Entre os livros lançados está “Educação Física para pessoas com deficiência visual: compartilhando saberes e experiências”.

afjr18@hotmail.com

Andreia Luana de Jesus Martins é pedagoga, Especialista em Neurociência Pedagógica, Mestre em Ciências da Educação. Coautora do livro “Guia de Autismo. O caminhar com os corações azuis”.

andreialuanadejesus@gmail.com

Aline Bittencourt é organizadora e autora do livro “Autismo e ciências - o protagonismo de estudantes com TEA”; professora EBTT do CP II-Anos Iniciais do Ensino Fundamental; Doutora em Ciências pela Fio-cruz; Mestre em Educação pela Uerj, psicopedagoga clínica e institucional e pedagoga.

Publicação disponível em: http://youtube.com/post/UgkxoOpc5bknan1-afjOeZKWW-GHP_wpLihld?si=znqxHM8sERhnGLxx .

abittenca@gmail.com